

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS SOBRAL
CURSO: FINANÇAS
DISCIPLINA: **ECONOMIA PÚBLICA**

Prof: Débora Gaspar Feitosa

Unidade I:

Bibliografia Básica:

- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. **(LIVRO TEXTO)**
- REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar :

- RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória. 5 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.
- PEREIRA, Jose M.

1. Conceito de Finanças Públicas

- Finanças Públicas refere-se ao campo da economia, dentro do aparelho estatal, cujo objetivo é analisar e otimizar as atividades financeiras executadas pelo governo, gerenciando e organizando o orçamento e a dívida pública.

2. A Importância do Governo

- Qual a **racionalidade** para a existência do governo?
- Qual a **lógica econômica** da intervenção governamental na economia?
- Qual o **papel assumido** pelo setor público em economias modernas?
- Quais os **efeitos das ações** dos governos?
- ***A existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas.***
- A teoria das Finanças Públicas pauta-se na existência de ***falhas de mercado*** que tornam necessárias intervenções do governo na economia.

3. Falhas de Mercado

- A discussão sobre as falhas de mercado centra-se na definição de Ótimo de Pareto
- Segundo a teoria tradicional do Bem Estar, sob certas condições, mercados competitivos geram uma alocação de recursos segundo um “**Ótimo de Pareto**”:
- **Ótimo de Pareto** se refere a uma situação onde não é possível elevar o bem estar de alguém sem que ocorra uma redução do bem estar de outro agente.
- O Primeiro Teorema do bem-estar diz que **o equilíbrio em mercados competitivos é eficiente no sentido de Pareto.**
- *Para atingir a situação “Pareto eficiente” de recursos, não é necessário que exista a figura de um “planejador central” já que a livre concorrência, com as firmas operando em um mercado competitivo, levaria a essa alocação.*
- **Qual a finalidade do governo?**
- Pode-se dizer que o governo é uma organização cuja função é corrigir “falhas de mercado”.
- *Ou seja, quando o livre funcionamento da economia de mercado não é capaz de resolver um problema, ou gera algum problema, então o governo entra aplicando alguma medida saneadora.*
- A ocorrência desta situação ótima, entretanto depende de alguns pressupostos:
 - i) não existência de progresso técnico;
 - ii) funcionamento do modelo de concorrência perfeita

Essa é uma **visão idealizada** do sistema de mercado. Na realidade, existem circunstâncias conhecidas como “falhas de mercado” que impedem que ocorra uma situação ótimo de Pareto.

Os mercados competitivos apresentam falhas devido as principais razões básicas:

- a) Existência de bens públicos;
- b) Existência de monopólios naturais;
- c) Externalidades;
- d) Mercados incompletos;

e) Falhas de Informação, etc

a) Existência de Bens Públicos

Bens Públicos são aqueles cujo consumo/uso é **não exclusivo** (ninguém pode ser excluído de consumi-los) e **não rival** (o consumo de uma pessoa não reduz o montante disponível de consumo de outra pessoa) que pode ser disponibilizado a baixo custo para muitos consumidores.

Ex: ruas (bem tangível) , segurança pública , etc

A definição clássica de um bem público depende de dois conceitos fundamentais:

- **Princípio da rivalidade:** se aplica a bens em que o consumo por um indivíduo reduz a quantidade disponível desses bens para o consumo de outros indivíduos - se aplica à maioria dos bens privados conhecidos;
- **Princípio da exclusão:** o único beneficiado pelo consumo de um determinado bem é o seu proprietário, ou seja, aquele que paga pelo bem.
- Um bem é **público se é não-rival e não excludente**. Alguns autores utilizam a expressão bem público puro, pois não é difícil encontrar bens que satisfazem a um princípio e não o outro.

	<i>Rival</i>	<i>Não-Rival</i>
<i>Excludente</i>	Bem Privado Ex.: roupa, alimentos, Carros, etc	Bem em Clubes Ex.: a não rivalidade se aplica a um grupo específico como um filme no cinema, um jogo de futebol num estádio, etc
<i>Não-Excludente</i>	Recurso de Propriedade Comum Ex.: em geral bens sujeitos à congestão como estradas uma praça pública, etc.	Bem Público Ex.: defesa nacional

Problema do Carona (Free-Rider)

- O problema dos “caronas” ou “free-riders”: geralmente associados a bens não excludentes.
 - Uma pessoa que se utiliza de um bem mas se recusa a pagar por ele. Ex: alguém que se recusa a pagar uma taxa para a queima de fogos no final do ano mas sempre assiste ao espetáculo.
 - Devido ao problema do carona o setor privado não consegue ofertar bens públicos em uma quantidade socialmente desejável.
 - O governo pode resolver o problema da provisão de bens públicos produzindo estes bens e financiando os custos por meio de tributação
 - Solução para o problema do “free-rider”:
- **Redução do custo de transação na cobrança pelo bem** (condomínios para a contratação de segurança).
- **Disponibilizar o bem condicionado a um pagamento mínimo** (livros na internet).

b) Existência de Monopólios Naturais

- Uma indústria é um monopólio natural quando uma única firma pode oferecer um bem ou serviço para todo um mercado a um custo menor que duas ou mais empresas.
 - O processo produtivo caracteriza-se pelos retornos crescentes de escala.
- Ex: saneamento básico (água, lixo e esgoto), telecomunicação, eletricidade etc

c) Externalidades

- Uma externalidade ocorre quando alguma atividade de produção ou consumo possui efeitos indiretos sobre outras atividades de produção ou de consumo que não estejam diretamente refletidas nos preços de mercado.
 - As externalidades podem ser:
- **Positivas:** quando a sua ocorrência introduz benefícios externos a terceiros associadas à produção ou ao consumo.

Ex1: Indivíduo que decide fazer uma limpeza geral em sua casa p/ eliminar focos do mosquito da dengue, contribui para a sua saúde e a dos vizinhos.

Ex2: Vacinação

- **Negativas:** quando a sua ocorrência introduz custos externos a terceiros associadas à produção ou ao consumo.

Ex1: Lixo das indústrias químicas jogados nos rios e mares e a poluição do ar pelas empresas

Ex2: Fumantes em um consultório dentário que obriga as pessoas a inspirar a fumaça de seu cigarro

- A existência da externalidade justifica a intervenção do Estado, que pode ser através:

a) Da produção direta ou da concessão de subsídios, para gerar externalidades positivas;

Ex: Investimento de longo prazo e pouco rentável como a eletrificação rural em que o governo pode conceder subsídios ao setor privado.

b) De multas e impostos, para desestimular externalidades negativas;

Ex: Multas de trânsito

c) Regulamentação;

Ex1: Regulamentações específicas como a estipulação de um máximo de emissão de gases na atmosfera por parte das empresas.

Ex2: Exigência de áreas para não-fumantes em ambientes fechados.

d) Mercados Incompletos

- Um mercado é incompleto quando um bem/serviço não é ofertado, ainda que o seu custo de produção esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estariam dispostos a pagar.

Ex: A existência de um sistema financeiro pouco desenvolvido inibe o setor privado a assumir riscos.

- O governo intervém através da concessão de crédito de longo prazo que financie os investimentos no setor produtivo.

No Brasil, destacam-se os bancos públicos de desenvolvimento econômico, como o BNDES.

e) Falhas de Informação

- É comum que alguma parte envolvida em uma transação, geralmente o consumidor, não possua informação completa sobre o produto que está negociando.

- A forma de ação do Estado pode ser mediante a introdução de uma legislação que induza uma maior transparência de mercado

Ex: Exigência de que os balanços contábeis das empresas sejam publicados periodicamente pela imprensa

4. Objetivos da Política Fiscal e as Funções do Governo

- A ação do governo através da política fiscal abrange três funções básicas:

i) Função Alocativa;

ii) Função Distributiva;

iii) Função Estabilizadora.

i) Função Alocativa

- Refere-se ao fornecimento de bens públicos, visto que estes não podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado.

- O governo deve:

a) Determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados;

b) Calcular o nível de contribuição de cada consumidor

c) Há atividades em que o Estado é intrinsecamente responsável pela provisão de um bem ou serviço, ou seja, deve zelar para que a população seja adequadamente servida em termos de oferta e qualidade de certos bens e serviços.

Ex1: Provisão de energia elétrica e telefonia.

Ex2: Provisão de **bens semipúblicos ou meritórios**, constituem um caso intermediário entre os bens privados e os bens públicos.

Apesar de poderem ser submetidos ao princípio da exclusão e, desta forma, serem explorados pelo setor privado, o fato de gerarem altos benefícios sociais e externalidades positivas justifica a produção total ou parcial dos bens meritórios pelo setor público.

Ex: *Serviços de educação e saúde.*

- O Estado também pode atuar como o “Estado empresário” na promoção do crescimento econômico, dando suporte ao setor privado, ao investir em setores de infra-estrutura.

ii) Função Distributiva

- Visa corrigir falhas de distribuição de renda

provocados pelo mecanismo de mercado.

Para redistribuir a renda, o governo utiliza os principais instrumentos:

a) **As transferências:** o governo pode promover uma redistribuição direta da renda, tributando em maior medida os indivíduos das camadas de renda mais alta e subsidiando os indivíduos de baixa renda.

b) **Os impostos:** O governo pode impor alíquotas de impostos mais altas aos bens de luxo ou supérfluos e cobrar alíquotas mais baixas dos bens que compõem a cesta básica, subsidiando, desta forma, a produção dos bens de primeira necessidade.

c) **Os subsídios:** Os recursos captados pela tributação de indivíduos de renda mais alta podem ser utilizados para o financiamento de programas voltados para a população de baixa renda, como a construção de moradias populares.

OBS: É importante destacar o sistema de seguridade social (saúde, assistência social e previdência social) na redistribuição de renda da sociedade.

iii) Função Estabilizadora

Está diretamente relacionada às questões macroeconômicas da economia. Considerando-se que o funcionamento do sistema de mercado não é, por si só, capaz de assegurar:

- Altos níveis de emprego;
- Estabilidade de preços; e
- Altas taxas de crescimento econômico.

Principais instrumentos à disposição do governo:

a) Política Fiscal:

- Provocar impacto direto através de variação dos gastos públicos em consumo e investimento; ou indiretamente, pela variação das alíquotas de impostos.

Ex: Em uma situação recessiva, o governo pode aumentar seus gastos para incentivar a demanda agregada.

b) Política Monetária:

- Em casos de recessão, o governo pode promover uma redução das taxas de juros, estimulando o aumento do investimento e consequentemente, o crescimento da demanda agregada.

c) Política Cambial:

- Os principais mecanismos utilizados são o controle da taxa de câmbio e dos níveis de reservas internacionais.
- Nesse caso, o governo atua sobre o valor da moeda em relação às demais, vendendo e comprando divisas.

5. Teoria da Tributação

- A principal fonte de receita do setor público é a arrecadação tributária.

Para que um sistema tributário seja visto como “ideal”, é necessário que determinados princípios sejam contemplados:

i) **Princípio da Equidade**, ou seja, a idéia de que a distribuição do ônus tributário deve ser equitativa entre os diversos indivíduos de uma sociedade

ii) **Princípio da Progressividade**, isto é, o princípio de que se deve tributar mais quem tem uma renda mais alta.

iii) **Princípio da Neutralidade**, pelo qual os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica.

iv) **Princípio da Simplicidade e (ou Princípio da Eficiência)**; segundo o qual o sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo.

- **Quais são as características de um Sistema Tributário “Ideal”?**

Muitos teóricos acreditam que um sistema tributário ideal deve seguir quatro pontos básicos:

- 1) Deve ser fonte para obtenção de receita para financiar serviços públicos;
- 2) Cada indivíduo deve ser taxado de acordo com a sua habilidade para pagar;
- 3) Tributos devem ser universais, indivíduos em condições iguais devem pagar o mesmo imposto;
- 4) Tributos devem ser escolhidos de modo a minimizar sua interferência no sistema de mercado .

Os conceitos de equidade e progressividade

Pelo conceito de equidade, cada contribuinte deve contribuir com uma parcela “justa” para cobrir os custos do governo. Existem 2 abordagens na teoria do setor público que ajuda a definir essa parcela justa:

- a) ***O princípio do benefício***
- b) ***O princípio da capacidade de pagamento***

O Princípio do Benefício

Cada indivíduo deveria contribuir com uma quantia proporcional aos benefícios gerados pelo consumo do bem público: aqueles que se beneficiam mais consomem mais e portanto devem pagar mais.

O problema do carona e de mensurabilidade representam obstáculos à aplicação do princípio do benefício.

Se os problemas do carona e de mensurabilidade não existem haveria ainda a possibilidade de uma exclusão ineficiente de indivíduos que por falta de renda não poderiam contribuir.

Esses pontos mostram que o princípio do benefício não é suficiente para formular uma regra geral para a estrutura tributária.

Ex: Tarifas de trens urbanos, imposto sobre combustíveis, contribuições para previdência social.

b) O Princípio da Capacidade de Pagamento

Permite a formulação de uma regra geral de tributação para a sociedade como um todo.

Segundo este princípio, o ônus tributário deve ser tal que garanta as equidades horizontal e vertical.

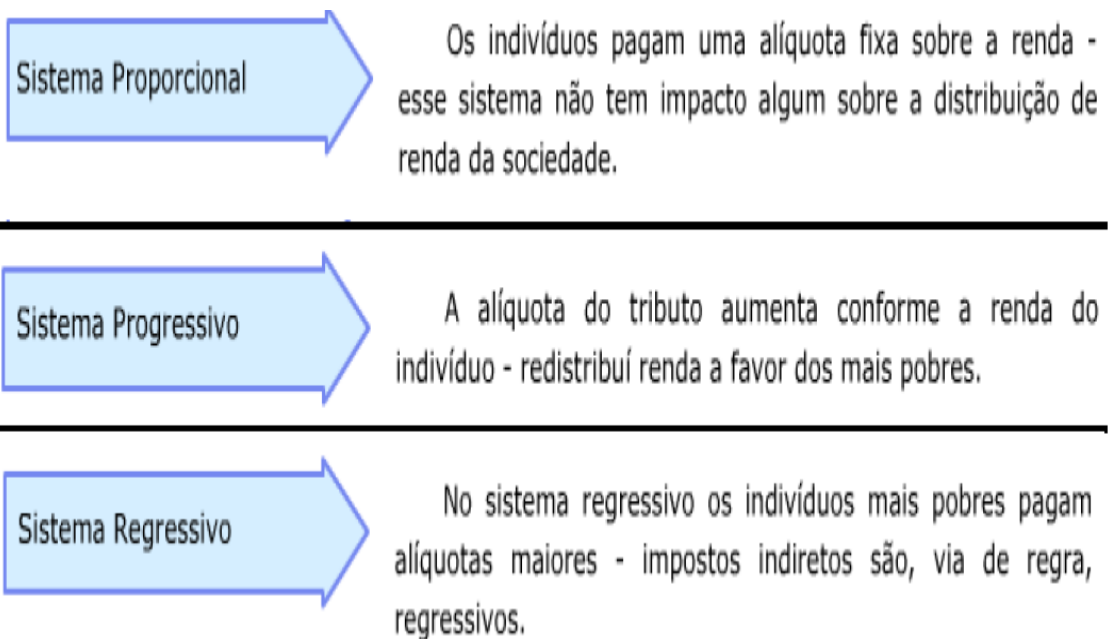
- Conforme a 1ª, os contribuintes com mesma capacidade de pagamento devem pagar o mesmo nível de impostos.
- Já de acordo com o 2ª, as contribuições dos indivíduos devem diferenciar-se conforme suas diversas capacidades de pagamento.
- Ainda que se adote a renda como principal base para o pagamento dos impostos, a experiência internacional, na prática, tem mostrado a importância da adoção de impostos complementares sobre o consumo e a riqueza para a garantia da validade do princípio da capacidade de pagamento.
- EX: No Brasil, a tributação sobre a riqueza (patrimônio), destaca-se o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).
- Ainda que se adote a renda como principal base para o pagamento dos impostos, a experiência internacional, na prática, tem mostrado a importância da adoção de impostos complementares sobre o consumo e a riqueza para a garantia da validade do princípio da capacidade de pagamento.
- EX: No Brasil, a tributação sobre a riqueza (patrimônio), destaca-se o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).
- O Princípio da Habilidade de Pagamento utiliza-se de dois mecanismos de tributos:
- Um **imposto é progressivo** quando a alíquota de tributação se eleva quando aumenta o nível de renda.
- Ex: ***Tabela do Imposto de Renda – Pessoa Física.***
- Um ***imposto regressivo*** é aquele que implica uma contribuição maior da parcela da população de baixa renda relativamente ao segmento de renda mais alta.
- Ex: Os impostos sobre consumo são regressivos: o **ICMS**.

-

-

-

- Sistema de tributação



Conceito da Neutralidade

- O objetivo da neutralidade é que o sistema tributário não provoque uma distorção da alocação de recursos, prejudicando, desta forma, a eficiência do sistema.

Ex1: No caso do imposto de Renda, a redução da renda disponível dos indivíduos diminui de forma homogênea as suas possibilidades de consumo, não causando nenhum viés em relação ao consumo e nem à produção de nenhum bem específico.

Ex2: Tributação sobre bens de capital desestimula o investimento.

OBS: No caso dos ***impostos seletivos sobre o consumo, não há neutralidade do tributo***. No entanto, tais impostos podem corrigir uma falha de mercado:

Ex: Cobrança de impostos sobre consumo de bebidas. (Combate a externalidade negativa de possíveis acidentes no trânsito)

Conceito de Simplicidade

- Relaciona-se com a facilidade da operacionalização da cobrança do tributo.

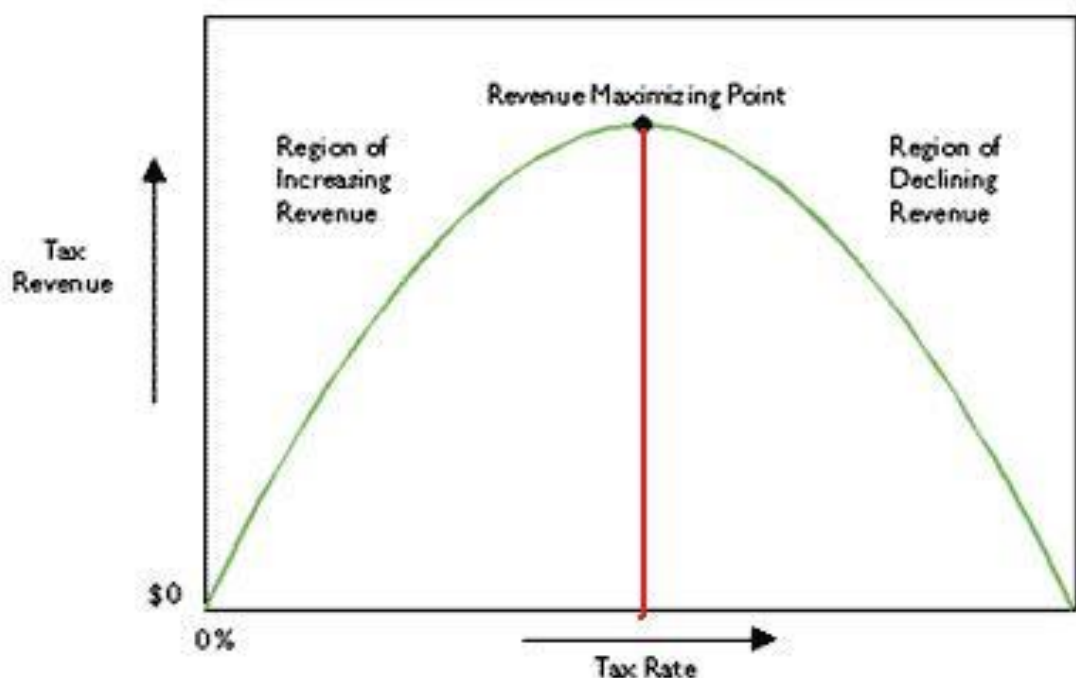
- Por um lado, é importante que o imposto seja de fácil entendimento para quem tiver que pagá-lo.

Por outro, a cobrança e a arrecadação do imposto, bem como o processo de fiscalização, não devem representar custos administrativos elevados para o governo.

Curva de Laffer

- Gráfico que mostra como o nível de alíquotas afeta a receita tributária.
- Princípios básicos:
 - a) Com uma alíquota tributária nula a receita é nula;
 - b) Com uma alíquota de 100%, a receita também é nula, pois ninguém iria trabalhar para que o governo se apropriasse de toda a renda.
 - c) Há um nível de alíquota que maximiza a receita.
 - d) A partir desse ponto, no “lado errado da curva”, isto é o direito, aumentos de alíquotas são contraproducentes, pois produzem uma evasão e/ou um desestímulo às atividades formais que superam o aumento da alíquota, gerando uma perda de receita.

The Laffer Curve



Quem é que de fato paga os impostos?

- A estrutura de mercado e as elasticidades-preço da oferta e da demanda são importantes para a determinação de quem realmente arca com o imposto.

Quem Paga um Imposto sobre as Vendas?

- A quantidade de imposto paga pelo consumidor será tanto maior quanto menor for a elasticidade preço da demanda e maior for a elasticidade preço da oferta.
- Nos casos-limite, o ônus será totalmente transferido para o consumidor quando a demanda for perfeitamente inelástica e totalmente suportado pelo produtor quando a oferta for totalmente inelástica.

Imposto versus contribuição

- Imposto é um tributo cobrado pelo governo, sem um fim específico definido como contrapartida.

Ex: O governo recebe o imposto de renda, sem que para isso ele tenha que se comprometer em usar esses recursos para o uso A ou B

- O dinheiro arrecadado por conta dos impostos vai para uma espécie de “grande conta” que financia o gasto público.

- **Contribuição** são figuras legais que concedem às partes tributadas o direito a alguma contrapartida, nem que seja difusa.

EX1: Contribuição previdenciária, cobrada de empregados, empregadores e autônomos com a finalidade exclusiva de financiar os gastos de seguridade social.

EX2: PIS (Programa de Integração Social) e **Pasep** (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), que são direcionados a um fundo dos trabalhadores do setor privado e público.

Tipos de Impostos

- A tributação pode ser direta ou indireta.
 - a) **Impostos diretos:** incidem sobre o indivíduo e, por isso, estão associados à capacidade de pagamento de cada contribuinte.

Ex: Imposto de Renda

b) Impostos indiretos: incidem sobre atividades ou objetos, ou seja, sobre consumo, vendas ou posse de propriedades, independentemente das características do indivíduo que executa a transação ou que é proprietário. Ex: ICMS, IPI

- As bases de incidência dos impostos são a renda, o patrimônio e o consumo.

O Imposto de Renda

É uma forma de tributação direta que incide sobre todas as remunerações (S+L+J+A) geradas no sistema econômico e classifica-se em IRPF e IRPJ.

- O **IRPF** (Imposto de Renda de Pessoa Física) é cobrado em base pessoal, com isenções e alíquotas progressivas, determinadas pelas características individuais do contribuinte.
- As alíquotas do imposto são determinadas segundo as diferentes classes de renda, estabelecidas pela legislação tributária.
- o **IRPF** se **adapta** perfeitamente aos princípios da **Equidade e da Progressividade**.
- Isso significa que duas pessoas com renda idêntica devem pagar a mesma quantidade de IRPF (**Equidade**).
- Além disso, pessoas com rendas diferentes devem pagar parcelas de acordo com a capacidade de pagamento de suas rendas (**Progressividade**).
- O IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) incide sobre o lucro das empresas, que pode ser calculado a partir de 3 métodos:
 - a) **Lucro real** – o lucro é calculado pela diferença entre as receitas e os custos da empresa;
 - b) **Lucro presumido** – se baseia na aplicação de uma alíquota sobre a receita bruta. É o mais indicado para pequenas empresas.
 - c) **Lucro arbitrado** – aplica-se a empresas que não apresentam os registros contábeis. O governo arbitra a base do imposto que pode ser calculado como um % do ativo total, do capital ou da receita bruta.
- O IRPJ pode contrariar os princípios da equidade e da progressividade pois não se pode ter certeza que o ônus do imposto sobre o lucro recaia integralmente sobre o produtor.

O Imposto sobre o Patrimônio

- Os Impostos sobre Propriedade Territorial Urbana (**IPTU**) e sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) são exemplos de impostos indiretos cobrados sobre a posse de um bem.
- O IPTU poderia ser um imposto com as características de equidade e progressividade, pois se espera que os proprietários de casas e apartamentos maiores paguem um IPTU maior.
- Entretanto, ao alugar suas casas e apartamentos, os proprietários podem embutir nos preços dos seus aluguéis o pagamento do IPTU.
- Dessa forma, pessoas sem a posse de propriedades passa a pagar os impostos que incidem sobre a propriedade que alugam, tornando este imposto regressivo.

O Imposto sobre as Vendas

Os impostos sobre as vendas de mercadorias e serviços são tributos indiretos, também conhecidos como impostos sobre consumo.

- Esse tipo de imposto pode ser classificado quanto:

a) a amplitude de sua base de incidência:

Os impostos sobre as vendas podem ser gerais ou especiais.

i) Os **impostos gerais**

- São aqueles que incidem rotineiramente sobre uma série de transações, como a compra de produtos industriais ou de bens de consumo.
- Podem ser uniformes (alíquota única) ou seletivos (alíquotas diferenciadas).

ii) Os **impostos especiais**

- Os impostos especiais são cobrados sobre transações de compra e venda de determinadas mercadorias e serviços.

EX: Os impostos sobre consumo de combustíveis e de bebidas alcoólicas.

- Os impostos especiais do ponto de vista das alíquotas são sempre seletivos.

b) ao estágio do processo de produção e comercialização sobre o qual incide:

Os impostos sobre as vendas podem ser cobrados do produtor; do comércio atacadista; do comércio varejista; ou em todas as etapas do ciclo.

c) à forma de apuração da base p/ o cálculo do imposto

O imposto sobre as vendas pode ser calculado sobre o valor total da transação ou apenas sobre o valor adicionado pelo contribuinte, em cada estágio da produção e distribuição.

OBS: O valor adicionado pode ser definido como a diferença entre o preço de venda e o custo de aquisição de determinado bem.

Em termos de equidade e progressividade, o imposto sobre consumo não é o mais indicado, visto que, sendo uma forma de tributação indireta, não discrimina as contribuições de acordo com a capacidade de pagamento de cada indivíduo.

O Imposto em Cascata ou Cumulativos

- Diz-se que é cumulativo o tributo que incide em mais de uma etapa de circulação de mercadorias sem que na posterior possa ser abatido ou compensado o montante pago na etapa anterior.

EX: Financiamento da Seguridade Social/Programa de Integração Social (**COFINS/PIS**) e a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (**CPMF**).

- A distorção que essas contribuições trazem se deve ao fato de cada compra e venda de bens ao longo da Cadeia Produtiva.
- Assim a fabricação de bens que exigem cadeias produtivas extensas, como na indústria automobilística, por exemplo, o imposto incide várias vezes sobre os bens intermediários, levando a uma acumulação das alíquotas.
- Os **impostos cumulativos ferem** os princípios da **Neutralidade** e da **Simplicidade**, sendo prejudiciais à eficiência econômica.

- O investimento em setores com cadeias produtivas longas será desestimulado, ferindo o princípio da Neutralidade.
- Além disso, a incidência cumulativa dificulta a fiscalização do pagamento dos impostos e estimula a evasão fiscal, ferindo o princípio da Simplicidade tributária.

O Imposto sobre o valor adicionado (IVA) e suas vantagens

- É considerado a forma mais eficiente de tributação sobre vendas.
- A necessidade de harmonização fiscal, combinada com a eficiência econômica do imposto sobre o valor adicionado, justificou em muitos países, a substituição do imposto de vendas em cascata pelo IVA.

Vantagens:

- i) É um **imposto neutro** em relação à estrutura organizacional das empresas, visto que o total do imposto incidente em um determinado produto não depende do número de transações por ele sofrido ao longo dos vários estágios da produção e da distribuição.
- ii) Não afeta a competitividade de uma indústria, já que o imposto é uma proporção constante do valor adicionado em cada atividade econômica.
- iii) Grande parte da receita gerada pelo IVA é arrecadada nos estágios pré-varejistas.
- iv) Tem um caráter **autofiscalizador** – O imposto pago pela empresa vendedora só se transformará em crédito p/ a empresa compradora se o montante de tributo arrecadado estiver devidamente lançado nas notas fiscais.

Cálculo do Imposto “por dentro” e “por fora”

- O cálculo do imposto “por dentro” inclui o imposto na base de cálculo do valor do mesmo, enquanto o cálculo “por fora” exclui o imposto da fórmula.
- No caso do imposto calculado “por dentro”, a alíquota t incide sobre o preço (P) do produto e o valor do imposto é computado na base de cálculo do valor do tributo.

IMPOSTO “POR DENTRO”

- O valor de P é: $P = B + T$
- Onde:
 B é a base de tributação referente ao valor unitário do produto.
 T é a receita de imposto por unidade de produto, igual a
 $T = t * P$, sendo t a alíquota tributária
 $P = B + t * P$

E o valor do preço, dados os valores de B e t , é obtido por:

$$P = B / (1 - t)$$

No caso de uma alíquota tributária (t) de 10% e uma base de tributação (B) referente ao valor unitário do produto, na ausência de imposto, de 100, tem-se:

$$P = 100 / (1 - 0,10) = 111,1$$

Portanto, t aplica-se a P , que inclui o próprio valor de T .

IMPOSTO “POR FORA”

- A alíquota t não mais incide sobre P e o valor do imposto não é computado na base de cálculo do valor do tributo. Mantida a fórmula de P , tem-se:

$$P = B + T \quad \text{onde } T = t * B$$

$$P = B + (t * B) = P = B * (1 + t)$$

- t se aplica apenas a B e não a $(B+T)$. O valor de $P = 100 * (1 + 0,10) = 110$.
- Comparando as duas fórmulas de P , é fácil constatar que, para um dado t , **o preço é maior quando o tributo é computado “por dentro” que quando o cálculo é feito “por fora”**.
- **OBS:** Se o imposto é “por dentro”, por definição, $t < 1$, já que não faz sentido ter um preço em que o tributo representa 100% do mesmo.
- Se o imposto é “por fora”, nada impede que se tenha $t > 1$, ou seja, uma alíquota de mais de 100% que, aplicada a uma certa base e somada a esta, gera o preço final do produto.